



COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA MUSICALIZAÇÃO PRESENTES NO PME SÃO GERIDAS NO COLÉGIO BATISTA PASTOR SAMUEL DE OLIVEIRA SANTOS NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA-BA?

FERRAZ, Caio Eduardo de Carvalho

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

201810591@uesb.edu.br

CELESTINO, Karine Campos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

karinecelestino2@gmail.com

MENDONÇA, Daelcio Ferreira Campos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

SOUZA, Edmacy Quirina

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

INTRODUÇÃO

Desde pequenos a música está presente em nossas vidas, ela já vem antes de nascermos. A voz e o corpo são utilizados pelo ser humano como instrumentos naturais. Estudos científicos na atualidade comprovam a relação da Música com os diversos aspectos do desenvolvimento global dos seres humanos nos processos lógicos, sensório motores e emocionais (SANTANA, 2016). Sobre a musicalização na educação infantil, a UNESCO (2005) diz:

Os diferentes aspectos que a envolvem (afetivos, estéticos, cognitivos), além de promoverem comunicação social e integração, tornam a linguagem musical uma importante forma de expressão humana e, por isso, deve ser parte do contexto educacional, principalmente na educação infantil (UNESCO, 2005, p. 20).

A promoção do despertar musical na educação infantil desde o maternal, enriquece a formação da criança, pois essas vivências facilitarão a apreensão de novos conhecimentos. Estudos da neurociência revelam que o momento mais significativo do desenvolvimento do cérebro se dá, em crianças, do nascimento até a idade de 10 anos, onde as conexões dão origem aos diversos sistemas do neurodesenvolvimento e estes contribuem com o desenvolvimento de várias inteligências (SANTANA, 2016, p. 14).

Tendo em vista o disposto na meta 2, estratégia 2.15 do Plano Municipal de Educação do Município de Itapetinga-BA, criado pela Lei 1.275 de 2015, o qual trata da

Pós-doutorado em Políticas Públicas e Direito Educacional, Doutor em Direito Educacional (UFBA). Mestre em Gestão da Educação Municipal (UFBA). Especialista em Neuropsicologia (IBPEX). Pedagogo (UFBA). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: daelcio@yahoo.com.br
Edmacy Quirina de Souza. Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
E-mail: macy.souza@hotmail.com



obrigatoriedade do oferecimento de atividades extracurriculares que envolvam dança, música, esporte, ciência e tecnologia, bem como da Lei 11769/08 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica, este resumo ampliado busca investigar de que maneira a gestão escolar tem cumprido com os dispositivos legais citados, bem como entender como se dá o processo de implementação da musicalização na educação infantil dentro do espaço escolar do Colégio Batista Pastor Samuel de Oliveira Santos.

METODOLOGIA

Para Minayo (2000, p. 16) a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. No presente resumo utiliza-se a metodologia de estudo de campo, pois tal estudo “[...] permite observar um determinado local e/ou situação, observando uma realidade e, se necessário, buscando soluções para um problema específico” (FAGANELI, 2005.) A técnica de análise de dados utilizada foi a qualitativa, que, segundo Minayo (2002), responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

A pesquisa foi desenvolvida numa instituição da rede privada, o Colégio Batista Pastor Samuel de Oliveira Santos, situado no município de Itapetinga-Bahia, que oferta os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e de nível médio, e que possui entre seus componentes curriculares a musicalização. O foco desta análise concentra-se na gestão da política pública de musicalização na educação infantil, mais especificamente dos alunos do Ensino Fundamental I. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista realizada com a Coordenadora Pedagógica do Fundamental I do Colégio, Juliana Antunes da Luz.

DESENVOLVIMENTO

São muitas as definições acerca do que é política pública. Na definição de Dye (1972, p.1), estas são “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer”, dessa maneira, política pública pode ser entendida como uma ação que parte do governo. Assim, em 18 de agosto de 2008, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.769/08 que, em seu 1º artigo, altera o 26º parágrafo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20/12/1996, acrescentando o texto que se lê a seguir:

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.



Em relação ao dispositivo legal citado, o Plano Municipal de Educação de Itapetinga, reforça, em sua meta 2, estratégia 2.15, o compromisso em garantir a implementação dessa política pública incluindo-a no currículo oficial da rede municipal de ensino, conforme a seguinte redação:

2.15 Garantir a implementação da lei 11.645/08, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a Lei Nacional 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e a Lei nacional 11.769/08, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica.

A musicalização na educação infantil consiste no processo de sensibilização, percepção e apreciação dos sons pela criança, expandindo seu conhecimento musical através de práticas que ampliem sua vivência musical. Carnassale (1995, p. 13) discute a ideia de que “[...] a música pode exercer várias funções, que vão desde o desenvolvimento psicomotor da criança, passando pela educação, até a recreação, relaxamento e muitas outras que vêm sendo descobertas a cada nova pesquisa”.

As práticas musicais devem estimular a descoberta e experimentação de sons, melodias e ritmos, de forma lúdica para que a criança desperte uma receptividade quanto à música. De acordo com Joly (2003):

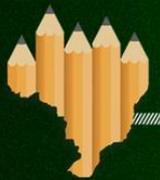
A criança, por meio da brincadeira, relaciona-se com o mundo que descobre a cada dia e é dessa forma que faz música: brincando. Sempre receptiva e curiosa, ela pesquisa materiais sonoros, inventa melodias e ouve com prazer a música de diferentes povos e lugares (JOLY, 2003, p. 116).

Com a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas, fica a cargo da gestão escolar o papel de viabilizar as condições para implementação dessa política pública. É a gestão que articula o coletivo para sua realização, os alunos, os docentes, a inclusão do componente curricular e o ambiente para a execução das atividades. Dessa forma, através de:

[...] uma gestão inovadora, a valorização do aluno, do professor e da escola, o diálogo e o trabalho coletivo, a participação da família e da comunidade, a ressignificação do espaço físico, o incremento da sociabilidade e a construção do sentido de pertencimento (LOPARDO, 2014, p. 62).

ANÁLISE DE DADOS

Neste trabalho, utilizamos a pesquisa de campo como estratégia metodológica como mencionado por Gil (2000) que a classifica como meio de coletar informações a partir de



um grupo específico de pessoas com a finalidade de estudar um caso e posteriormente prestar as conclusões.

Sobre a gestão educacional e escolar Lück (2009) pontua que:

Ressalta-se que a gestão educacional, em caráter amplo e abrangente do sistema de ensino, e a gestão escolar, referente à escola, constituem-se em área estrutural de ação na determinação da dinâmica e da qualidade do ensino. Isso porque é pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, coexistência e coerência à ação educacional, a partir do paradigma, ideário e estratégias para tanto. Porém, é importante ter em mente que é uma área meio e não um fim em si mesma. Em vista disso, o necessário reforço que se dá a gestão visa, em última instância, a melhoria das ações e processos educacionais, voltados melhoria da aprendizagem dos alunos e sua formação, sem o que aquela gestão se desqualifica e perde a razão de ser (LÜCK, 2009, p.17).

Por meio da entrevista realizada com a Coordenadora do Colégio Batista, foi possível entender o papel da gestão escolar na condução da política pública em conjunto com o professor de musicalização infantil, Marcos Suel Santos Carvalho. Segundo Juliana, a musicalização faz parte da matriz curricular e é ofertada durante o período letivo para todas as séries do grau III até o 5º ano.

No colégio em análise, existe sala específica para as aulas de música e todas as turmas têm uma aula por semana, com duração de 50 minutos e, também é atribuída nota ao boletim. A avaliação é composta de prova teórica, prática e qualitativa. No período natalino, a gestão escolar conduz um evento para a comunidade chamado *Cantata de Natal*, que consiste na formação de uma orquestra com os alunos de todas as séries do colégio para uma apresentação para a comunidade do município. No tocante à formação do professor, Marcos é Licenciado em Música e em Pedagogia. As reuniões com a Coordenação Pedagógica acontecem uma vez ao mês e nessas são discutidas as programações para os eventos e datas comemorativas, aspectos sobre o andamento das atividades da disciplina, análise do desempenho e do processo de aprendizagem dos alunos, bem como de ensino do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura dos dispositivos legais, a Lei 11.769/08 e o Plano Municipal de Educação de Itapetinga, em sua meta 2, estratégia 2.15, bem como entrevista com a gestão escolar, foi possível constatar que a gestão escolar faz os esforços necessários para o cumprimento dos dispositivos, investindo tempo, planejamento e recursos financeiros que viabilizam a implementação da política pública. Com a visita ao colégio, foi possível constatar a existência de uma estrutura apropriada para as aulas de música, como espaço



exclusivo com instrumentos musicais e materiais necessários ao ensino-aprendizagem, tais como: quadro negro, pincel, lápis, papel, figuras das notas musicais e equipamento sonoro. Consideramos, dessa forma, adequado o nível de qualificação do profissional que ministra as aulas de música.

PALAVRAS-CHAVE: educação básica; gestão escolar; musicalização infantil; políticas públicas.

REFERÊNCIAS

CARNASSALE, G. J. **O ensino de canto para crianças e adolescentes**. 1995. 183 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

FAGANELI, Cristina, **Ciências - Estudo de campos**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/planos-de-aula/fundamental/ciencias-estudo-de-campo.htm#:~:text=O%20estudo%20de%20campo%20permite,solu%C3%A7%C3%B5es%20para%20um%20problema%20espec%C3%ADfico>. Acesso em: 25 out. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JOLY, I. Z. L. **Educação e educação musical: conhecimentos para compreender a criança e suas relações com a música**. In: DEL BEN, L.; HENTSCHKE, L. **Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula**. São Paulo: Moderna, 2003. p.113-114.

LOPARDO, C, E. **A Inserção da Música na Escola: um estudo de caso em uma escola privada de Porto Alegre**. 2014. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009

BRASIL. **Lei 11.769/08**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111769.htm. Acesso em: 08 out. 2022

MINAYO, L.al. **A pesquisa social, teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BAHIA. Lei n. 1275 de 22, jun. 2015. **Plano Municipal de Educação: Itapetinga, Bahia, jun. de 2015**.

SANTANA, S. R. M. *A música como instrumento no processo de ensino aprendizagem na educação infantil*, 2016, 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso – UFPB, João Pessoa, 2016

UNESCO. **A criança descobrindo, interpretando e agindo sobre o mundo**. Série Fundo do Milênio para a primeira infância: Cadernos Pedagógicos, v. 2, 2005.